

DOSSIÊ

8 DE JANEIRO DE 2023: democracia e resistência na cobertura jornalística ao vivo



EDUARDA FORMIGA

Universidade Federal do Tocantins – Brasil

ORCID: 0009-0007-5576-5392

CYNTHIA MARA MIRANDA

Universidade Federal do Tocantins – Brasil

ORCID: 0000-0002-9399-7975

EDER AHMAD CHARAF EDDINE

Universidade Federal do Tocantins – Brasil

ORCID: 0000-0003-1882-8503

DOI: 10.25200/BJR.v20n3.2024.1684

Recebido em: 31/03/2024

Desk Review em: 30/05/2024

Editores de Desk Review: Silvio Waisbord e Liziane Guazina

Revisado em: 25/08/2024

Revisado em: 09/09/2024

Aprovado em: 23/10/2024

Como citar este artigo: Formiga, E.; Miranda, C.M., & Eddine, E.A.C. (2024).

JANUARY 8, 2023: democracy and resistance in live news coverage.

Brazilian Journalism Research, 20(3), e1684. DOI: 10.25200/BJR.

v20n3.2024.1684

RESUMO – O texto analisa a cobertura da TV Globo/Globonews no dia 8 de janeiro de 2023, quando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foram invadidos por seguidores de Jair Bolsonaro, durante a fracassada tentativa de golpe, para identificar o papel de utilidade pública do jornalismo na defesa do Estado Democrático. A análise apontou que as manifestações ecoavam a instabilidade, a polarização e a insegurança política que o Brasil havia experimentado nos últimos anos. Concluiu-se que a TV Globo e a Globonews entregaram informações que forneceram aos cidadãos brasileiros elementos para a compreensão do fato, marcando uma posição de resistência à tentativa de ruptura institucional no país.

Palavras-chave: Cobertura jornalística. Golpe de Estado. Defesa da democracia.

JANUARY 8, 2023: democracy and resistance in live news coverage

RESUMEN – The text analyzes TV Globo/Globonews coverage on January 8, 2023, when the Executive, Legislative and Judiciary branches were invaded by followers of Jair Bolsonaro, during the failed coup attempt, to identify the role of journalism in defending the Rule of Law. The analysis showed that the demonstrations echoed the instability, polarization and political insecurity that Brazil had experienced in recent years. It is concluded that TV Globo and Globonews delivered information that provided Brazilian citizens with elements to understand the fact, marking a position of resistance to the attempt at institutional rupture in the country.

Key words: News coverage. Coup d'état. Defense of democracy.

8 DE ENERO DE 2023: democracia y resistencia en la cobertura informativa en directo

ABSTRACT – El texto analiza la cobertura de TV Globo/Globonews el 8 de enero de 2023, cuando los poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial fueron invadidos por seguidores de Jair Bolsonaro, durante el fallido intento de golpe de Estado, para identificar el papel del periodismo en la defensa del Estado Democrático. Análisis de Contenido mostró que las manifestaciones reflejaban la inestabilidad, la polarización y la inseguridad política que Brasil había experimentado en los últimos años. Se concluye que TV Globo y Globonews entregaron informaciones que brindaron a los ciudadanos brasileños elementos para comprender el hecho, marcando una posición de resistencia ante el intento de ruptura.

Palabras clave: Cobertura periodística. Golpe de Estado. Defensa de la democracia.

1 Introdução

Reportado amplamente por meios de comunicação privados, públicos, nacionais e internacionais, o dia 8 de janeiro de 2023 foi a data em que o Congresso Nacional Brasileiro, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) foram depredados por apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro que não aceitavam a derrota e buscavam destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente via urnas eletrônicas.

O cenário de insegurança política e informacional; a crise econômica e inflação que levou 33 milhões de brasileiros de volta à fome (Olhe para a Fome, 2022); a desastrosa condução da pandemia que somou mais de 714 mil óbitos (Ministério da Saúde, 9 de novembro de 2024); fundamentalmente, foram fatores que pesaram no fracasso da reeleição de Bolsonaro em 2022. As fraturas no projeto da extrema-direita nacionalista ficaram expostas nas urnas. Com

os votos apurados, mais do que nunca, o Brasil estava dividido e o capitão sobrepujado, tornando-se o primeiro presidente a não se reeleger depois da redemocratização. Lula venceu as presidenciais de 2022 com 50.90% (60.3 milhões de votos), enquanto Bolsonaro obteve 49.10% (58.2 milhões de votos), uma pequena diferença de votos. Apesar da derrota, o movimento da extrema-direita continuou como um forte grupo de poder no legislativo. Ao todo, o Partido Liberal (PL), sigla de Jair, elegeu 112 parlamentares no Congresso Nacional. Sendo 99 deputados federais (23 parlamentares a mais que o pleito anterior), oito senadores (somando 13 congressistas na Casa).

Trajada com a camisa verde e amarela da Seleção Brasileira, os bolsonaristas se autodenominavam patriotas e reuniram-se em manifestações, em frente aos quartéis militares e em rodovias, com o levantamento das famosas vaquinhas: aqueles que não conseguissem se deslocar, que doassem dinheiro ou mantimentos para a continuidade dos protestos. Os bloqueios nas estradas perduraram na primeira semana após as eleições.

Assim, ainda em novembro de 2022, após a derrota, Bolsonaro já sinalizava que não entregaria a faixa (*Bolsonaro diz que não entregará faixa...*, 2021), similar ao caso estadunidense: com a tentativa de Donald Trump de anular a vitória de Joseph Biden, o que representou um ataque grotesco e singular à democracia americana em 2020 (Jacobson, 2021). No Brasil, criou-se um estado de alerta acerca da posse, de forma que “o radicalismo bolsonarista, embora derrotado, não se ‘quebrou’ nas urnas, mostrando, ao contrário, uma grande capacidade de mobilização, sedução e convencimento” (Silva & Schurster, 2023, p. 53). Os apoiadores de Bolsonaro transpiravam um preconceito aberto e orgulho nacionalista, que lembrava a ideia de superioridade vista em outros discursos fascistas, e transformaram a democracia em um bode expiatório a ser sacrificado “para aplacar sua sede de violência intrínseca” (Miorando, 2023, p. 9).

A invasão na Praça dos Três Poderes não foi aleatória ou sem precedentes, em 2021, ao comemorar o Dia da Independência na capital do Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, Bolsonaro fomentou ataques ao STF e disse, nas duas localidades em manifestações organizadas, que “qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou” (*Leia a íntegra do discurso...*, 2021). Neste cenário de polarização política brasileira construída, segundo Bello (2023), a partir da adesão dos grupos ao petismo e antipetismo, o movimento de extrema-direita no

Brasil abriu espaço para que o 8 de janeiro acontecesse. Ainda com a derrota de Bolsonaro à presidência da República, o grupo conquistou a dominância no Congresso Nacional e nos governos de Estado.

Nessa direção, o presente artigo tem como objetivo analisar a cobertura ao vivo da TV Globo, simultânea com a GloboNews, do 8 de janeiro (com duração de 3h7min33s de transmissão) por compreender que o olhar sobre esse acontecimento midiático é relevante para compreensão do contexto histórico que possibilitou a emergência, ou seja, conforme Bello (2023), da polarização política ancorada na divisão entre o petismo e o antipetismo.

Considerou-se o veículo de comunicação escolhido como o principal canal de TV aberta do país e com o maior número de telespectadores. A análise da cobertura jornalística buscou compreender os fatores que explicaram a posição da Rede Globo e avaliando os princípios da transmissão em tempo real, na qual o telejornalismo ao vivo reconhece e exhibe os fatos e acontecimentos simultaneamente, de forma a construir efeitos de realidade e identificação potencializada. No caso do 8 de janeiro, percebeu-se um despreparo dos jornalistas em decorrência da urgência, proporção do acontecimento e exigência, do imediatismo para exibir em “primeira mão” (Emerim & Cavenaghi, 2012b) a invasão dos três poderes.

Com a intensificação do uso das mídias digitais, o telejornalismo se adaptou a uma nova realidade de consumidores da notícia. A cobertura do 8 de janeiro pela TV Globo é exemplo dessa transformação, na qual utilizou diferentes estratégias, como o uso maior da transmissão simultânea (ao vivo) para atender aos novos valores como instantaneidade e fluxo contínuo de informações (Emerim & Cavenaghi, 2012b), bem como a mescla de formatos com conteúdos participativos e colaborativos (Temer & Santos, 2023).

Para o desenvolvimento da proposta de análise, a primeira parte do artigo destaca os pressupostos metodológicos do estudo, a segunda apresenta a fundamentação teórica sobre as bases do Bolsonarismo no país, o enfraquecimento da democracia e a resistência do Jornalismo a partir de autores tais como Bello (2020, 2023), Maitino (2020), Ribeiro (2022), Boito (2020), Silva e Schurster (2023), Miguel (2019), Silva e Marques (2021), entre outros. Já a terceira reconstrói a narrativa do acontecimento midiático do 8 de janeiro dentro da linha cronológica do evento e, posteriormente, procede-se à análise da cobertura telejornalística ao vivo realizada pela TV Globo/GloboNews.

2 Procedimentos metodológicos

A investigação contou com dois procedimentos metodológicos: o primeiro partiu da análise bibliográfica e documental (Richardson, 2017) e o segundo considerou os aspectos qualitativos e as análises discursivas da pesquisa audiovisual (Becker, 2012; Temer & Santos, 2023). Segundo Richardson (2017), a análise documental consiste em estudar e analisar documentos como jornais e revistas para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas e suas relações com o tempo sociocultural-cronológico de um fato social registrado.

Os conteúdos organizados (decupagem telejornalística) permitiram a reconstrução dos acontecimentos e a análise crítica do fenômeno social 8 de janeiro. Os trechos selecionados para o artigo serão mencionados com a minutagem referida ao plantão da TV Globo retirado do YouTube (Cortes Canal de Chamadas, 2023).

As reflexões sobre a pesquisa com narrativas jornalísticas audiovisuais propostas por Becker (2012) apontam que para efetuar leitura crítica, o processo analítico precisa combinar e associar imagens, sons, gestos, gráficos e outros elementos do audiovisual. Essa combinação auxilia na construção dos sentidos produzidos pela cobertura jornalística analisada. A análise foi realizada a partir da observação direta das imagens, sons e da transcrição dos discursos, que serviram de base à categorização (Franco, 2003).

A pesquisa foi contemplada pelas seguintes etapas: 1) organização do material audiovisual a partir da observação direta, descrição e transcrição dos discursos; 2) leitura completa do material transcrito e construção de categorias; e 3) análise e interpretação dos dados levando em conta a inter-relação entre o material audiovisual e o texto transcrito.

As categorias representativas foram organizadas considerando os padrões discursivos recorrentes no material. Foram definidas as seguintes categorias: “Caracterização dos crimes cometidos”, “Concessão de espaço para as respostas das autoridades”, “Apresentação das falhas na previsão dos atos” e “Cobrança por punição”. O presente artigo aprofundou sua reflexão na categoria “Caracterização dos crimes cometidos” que teve como objetivo agrupar as narrativas jornalísticas que focaram nos atos antidemocráticos criminosos, pela concepção de que o fato noticioso partiu dos crimes cometidos contra os prédios públicos que simbolizam a democracia brasileira, a qual o jornalismo profissional deve defender em prol do exercício pleno da função

(Karam, 2009). Analisou-se qualitativamente em uma perspectiva social e histórica, compreendendo a função social do jornalista como agente construtor de notícias, pautado na manutenção democrática da sociedade e com respeito aos princípios éticos (Caldas, 2023; Rocha & Marroquim, 2011).

3 Bolsonarismo, enfraquecimento da democracia e resistência do jornalismo

Em 2019, a extrema-direita brasileira chegou ao poder a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro. A vitória nas urnas foi antecedida por um período de instabilidade política, iniciado em 2016, com o golpe-impeachment (Löwy, 2016; Almeida & Amaral, 2020), que levou à destituição da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e abriu espaço para que o vice Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), finalizasse o mandato como presidente da República. Movimento que a própria mídia mainstream, conforme Albuquerque (2019) corroborou, fomentou e favoreceu a narrativa.

O bolsonarismo – movimento umbilicalmente ligado aos seguidores de Bolsonaro – cresceu durante a instabilidade política instalada no país a partir do golpe e fortaleceu-se durante as eleições presidenciais de 2018 com diferentes estratégias para ganhar a adesão da massa, evocando a nostalgia em relação à ditadura militar, associando-a como um período de sociedade ordeira e disciplinada, via censura e violência física exercida sobre as esferas da cultura e do comportamento (Ribeiro, 2022).

Em busca da notoriedade política, a vara bolsonarista invocou a trindade característica dos radicais – Estado, Igreja e Família – e instituiu o inimigo comum dos brasileiros: o petismo, baluarte da grande ameaça comunista. Para proteger esse *modus vivendi*, os conservadores assumidos adotaram uma política de ressentimento e tornaram-se propensos a apoiar figuras populistas e reacionárias (Maitino, 2020). Esses personagens surgem para nutrir o sentimento de representação e interesse da extrema-direita, sendo assim, o movimento liderado no Brasil por Bolsonaro, emerge a partir de outras referências já reproduzidas em outras partes do mundo, a exemplo dos Estados Unidos da América (EUA) com Donald Trump (Republicanos).

Essa extrema-direita “descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos” (Reis, 2020, p. 3), utilizou-se dos meios sociais a partir de mecanismos próprios de proliferação de desinformação em prol de sua agenda política.

Nos Estados Unidos, como aponta Simon (2021), a extrema-direita se fortaleceu com narrativas de Trump de desprezo às regras, que provocavam uma hipnose em massa que envolvia seus eleitores na medida em que evocava a noção de que um novo mundo não poderia emergir sem a destruição das normas existentes. Já no Brasil, conforme destaca Bello (2020), o país se dividiu, em termos gerais, entre apoiadores de Bolsonaro e oposição ao PT e Lula. Era fácil apontar o dedo: denúncias de corrupção contra o PT, processo de impeachment de Dilma Rousseff, crises econômicas internacionais e nacionais, idas e vindas da inflação e do desemprego (Bello, 2023), grandes escândalos, como o Mensalão (*Mensalão: cronologia do caso*, 2021) e a Operação Lava Jato (*Entenda o caso*, s.d.), ganharam os holofotes da mídia. Atribuiu-se à culpa sobre os problemas econômicos e sociais como resultado do presidencialismo de coalizão¹, no qual arranjos políticos são costurados a fim de permitir a governabilidade em consonância com os interesses de outras esferas, como o legislativo. Ao abrir espaço ao neoliberalismo – para atingir os objetivos da extrema-direita, tornando-o apazível ao eleitor brasileiro desconfiado com a classe política – o bolsonarismo encontrou espaço para os que se sentiam ameaçados “por um sistema corrupto e uma esquerda onipresente, que tentam destruir seus valores e enriquecer às suas custas” (Maitino, 2020, p.16).

Com semelhanças da retórica populista, “sobretudo, aquelas referentes à oposição nós versus eles, que pressupõe uma união e homogeneização de um povo, representado pelo seu líder, contra inimigos comuns” (Baptista et al., 2022, p. 115) a dicotomia foi instalada no país. Ribeiro (2022, p. 75) conceitua a onda bolsonarista como “um fenômeno que excede a esfera da política, permitindo, assim, uma leitura ampla do *modus operandi* da extrema-direita no Brasil atual”. Boito (2020) entende que durante a campanha pela deposição de Dilma, o que veio a se tornar o bolsonarismo surge como um movimento de massa reacionário especificamente neofascista, que anseia governar por decreto. Já Silva e Schurster (2023, p. 120) trazem o termo bolsosfascismo em referência às “suas políticas negacionistas e regressivas” que levaram o seu “capitão” ao

poder e o Brasil a “mais dura e profunda crise da República depois de 1964”. Conclui Ribeiro (2022, p. 95) que: “nas ruas e nas redes, a extrema-direita, que não deixou de existir após a ditadura civil-militar, renasceu e não tem mais vergonha de ser quem é”.

Após assumir o Poder Executivo em 2019, o governo Bolsonaro ficou marcado por uma série de ataques diretos às instituições, desdobrado em um negacionismo inerente a uma narrativa em comum antipetista. Um ano depois, a pandemia da covid-19 surgiu desafiando os cientistas, superlotando hospitais no Brasil e no mundo. Por vezes, o ex-presidente chegou a questionar a gravidade do Coronavírus, classificando-o como apenas uma “gripezinha” (Silva, 2020). Imortalizou frases como “não sou covão” (Gomes, 2020) ao responder sobre as mortes na pandemia. Foi defensor do chamado tratamento precoce, com base no “kit covid”, que incluía medicações sem nenhum tipo de comprovação científica, altamente distribuído e receitado por médicos no Brasil.

Desde a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, a participação política das classes populares foi limitada em razão da instituição de decretos e medidas autoritárias que impossibilitaram a participação da sociedade civil em vários conselhos. O ataque a mídia e a sociedade civil funcionou como *modus operandi* que intensificou a polarização, desrespeitou os oponentes para desacreditar as eleições e o processo eleitoral. Para Witt e Bendlin (2024):

é possível concluir que o país passou por uma severa ameaça à democracia entre os anos de 2019 a 2022, enfrentando um severo grau de enfraquecimentos de suas instituições democráticas, como as Cortes Superiores, por exemplo, e uma constante ameaça de que um governo militar seria plenamente possível num cenário de golpe, desdobramento que segue sendo investigado ao longo do ano de 2023. (Witt Bendlin e Witt, 2024, pp. 242).

Como se fosse um procedimento sistêmico, ao longo do mandato, Bolsonaro tratou o jornalismo marginalmente, questionando a legitimidade e a confiança que lhes eram depositadas. Sem espaço para o diálogo com ideias divergentes, o “capitão” replicou no Brasil a estratégia trumpista, reforçando a polarização assimétrica que leva à “redução da possibilidade de debate entre grupos políticos concorrentes” (Miguel, 2019, p. 47).

Jair valeu-se da máquina pública para menosprezar e diminuir a imprensa, a ideia do “cercadinho” da imprensa, em frente ao Palácio da Alvorada, retrata um exemplo do desrespeito com o jornalismo

brasileiro. Com frequência, ataques eram proferidos diretamente aos profissionais presentes, principalmente mulheres (Federação Nacional dos Jornalistas [FENAJ], 2022). Ao ser perguntado sobre a interferência na Polícia Federal do Rio de Janeiro, em maio de 2020, o chefe de Estado mandou a repórter “calar a boca” (*Bolsonaro manda repórter calar a boca...*, 2020). Ainda em Brasília, ameaçou jornalista que o questionou sobre os cheques depositados por Fernando Queiroz na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, com a frase “minha vontade é encher tua boca na porrada” (*Bolsonaro ameaça jornalista...*, 2020). Os ataques aos profissionais ficaram marcados como uma estratégia de deslegitimar a própria democracia e, principalmente, angariar aplausos dos fiéis seguidores.

Tal postura do ex-presidente em desacreditar a atuação dos profissionais do Jornalismo gerou consequências ao longo do seu mandato. O Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2022), divulgado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mostrou que a violência política atingiu brutalmente os jornalistas e comunicadores do país. Em 2022, o número de ataques à categoria e aos veículos de imprensa chegou a 376. Jair Bolsonaro apareceu como o principal agressor e/ou responsável, contabilizando 104 casos (27.66% do total).

A instituição jornalismo, colocada em situação de vulnerabilidade durante o governo Bolsonaro, representou também o enfraquecimento da democracia brasileira na medida em que limitou a liberdade de opinião e de expressão que corresponde ao “exercício de cidadania, sendo justo que seja estendido a todos os cidadãos e suas organizações representativas” (Peruzzo, 2006, p. 8). Miranda et al. (2024) destacam que o trabalho desenvolvido pela extrema-direita no país, nos últimos anos, no que toca a perseguição e deslegitimação da imprensa, deixou um legado de ódio e desconfiança em relação ao jornalismo profissional. Para uma sociedade justa e plural, é preciso que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso a esses recursos, livres para participar do debate público através dos meios de comunicação.

O texto do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023 aponta que – como Direito consolidado pela Carta Magna (Art. 220) – a defesa da liberdade de imprensa depende de incentivos para uma comunicação livre, “capaz de – em uma tensão produtiva com a democracia – fomentar a opinião pública, com base em críticas balizadas pelo debate respeitoso e

racional” (Congresso Nacional, 2023, p. 147). Durante o governo Bolsonaro o estímulo a uma comunicação livre foi substituído pelo ataque constante à credibilidade dos jornalistas.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2007) reforça o direito de informar e ser informado, ao elencar os deveres do profissional, prescrito no Artigo 6º: “o jornalista deve manter uma luta constante pela defesa da liberdade de pensamento e expressão, assim como pelo livre exercício da função”, o que foi inviabilizado na gestão da extrema-direita no país.

Silva e Marques (2021) destacam que países sul-americanos têm experimentado formas de contestação à cobertura jornalística que vão desde a busca de converter a imprensa em inimiga da esfera da cidadania até apelos à violência física. Os autores destacam ainda que a posse de Jair Bolsonaro como chefe do Poder Executivo, em janeiro de 2019, intensificou as tensões com profissionais da imprensa, já verificadas desde quando ele era deputado federal. Nessa direção, a atuação do jornalismo para o fortalecimento da democracia foi colocada em xeque pela voz do chefe da nação.

Mesmo com todos os ataques no período da gestão de Bolsonaro, o jornalismo brasileiro atuou para superar as condições limitadas para o exercício profissional com vistas à proteção da informação apurada, contextualizada e de qualidade para a garantia dos direitos fundamentais e a defesa da democracia. Desta forma, o jornalista se torna um agente fundamental que monitora e que investiga atividades suspeitas, abusos de poder, corrupção ou comportamentos antiéticos e fora do habitual que sejam de interesse público, apurando quem são os autores através da transparência, como uma “prestação de contas”. Esse local central e estratégico de referência do jornalismo contribui para a formação de sentido e na construção social da realidade por cada indivíduo (Lima da Rocha & Marroquim, 2011). Nessa direção, torna-se um bem público a serviço da coletividade (Peruzzo, 2006), sem escusas de sua responsabilidade social (Pereira, 2004), que deve se basear na busca da objetividade e endossa o contrato social, o qual infere a verdade e confiança por parte do público com a imprensa.

No caso do 8 de janeiro, a imprensa cooperou para identificar e cristalizar os crimes cometidos, ajudando a reunir provas contra os autores dos delitos através das imagens veiculadas nacionalmente. O fotojornalista da Agência Reuters, Adriano Machado, que há mais de vinte anos cobre o cenário político brasileiro, foi ameaçado

durante os ataques a apagar as fotografias tiradas (Agência Senado, 2023), mostrando ainda o papel implícito que se tem na imprensa de denúncia. Mais tarde, durante os inquéritos que apuraram os fatos daquele domingo, as fotografias permitiram a identificação de alguns autores na tentativa de golpe.

4 Cobertura jornalística da TV Globo no 8 de Janeiro

Dentre os critérios para se identificar a importância da notícia estão o ineditismo, a novidade, a relevância, a notabilidade e a infração (Traquina, 2005). Naquela tarde de domingo, a monotonia típica da programação exibida nas emissoras abertas foi interrompida pelo fato inédito na recente história política brasileira: um provável golpe de Estado se precipitava. Ao valer-se da novidade, a TV Globo, veículo escolhido para esta análise, passou a noticiar ao vivo os desdobramentos dos fatos, produzindo e irradiando imagens aéreas privilegiadas, enquanto paralelamente exibia os vídeos que já circulavam na internet. Antes de adentrar na análise da cobertura jornalística da TV Globo/Globo News, cabe reconstruir a narrativa do acontecimento.

Durante a comemoração do 7 de setembro de 2021, Bolsonaro deixou evidente suas intenções quanto ao pleito do ano seguinte e voltou a questionar deliberadamente a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro. Para o então presidente, a disputa só seria legal se ele vencesse. “Mesmo após as explicações da Justiça Federal, examinadas e aceitas pelos partidos políticos e instituições universitárias, Bolsonaro continuou declarando a existência de fraude no processo eleitoral” (Silva & Schurster, 2023, p. 61). As ameaças evidentes eram dirigidas aos ministros do STF e, também, ao Congresso.

No dia anterior aos ataques do dia 8 de janeiro de 2023, cem ônibus chegaram à Capital Federal com mais de quatro mil manifestantes (Correia, 2023). Na mesma noite, o então Ministro da Justiça, Flávio Dino, autorizou o uso da Força Nacional (Portela, 2023), já antecipando possíveis distúrbios. No domingo, dia 8 de janeiro, a Polícia Militar do Distrito Federal escoltou o protesto que se iniciou em frente ao Quartel-General do Exército e seguiu em direção à Esplanada dos Ministérios, às 13h (*Leia a cronologia dos fatos que levaram às invasões*, 2023). A segurança pública decidiu por isolar as três pistas do Eixo Monumental para que os bolsonaristas radicais

seguissem sem transtorno. Cerca de duas horas depois, às 15h, a multidão empurrou as grades para furar o bloqueio que impedia acesso aos prédios que simbolizam a democracia brasileira. Os policiais presentes tentaram reagir, subestimando o potencial e sede de destruição dos golpistas, e não conseguiram controlar a situação apenas com uso da força e sprays de pimenta.

As cenas de horror não se contiveram apenas às edificações, como também foram vistas em pauladas e socos proferidos contra um policial que tentava reprimir a ação. O oficial da cavalaria do DF chegou a ser derrubado de seu cavalo apenas para sofrer ainda mais agressões no chão (*VÍDEO: policial da cavalaria da PM é agredido...*, 2023). Os participantes subiram a rampa do Congresso Nacional e já partiram para invadir as instalações. A horda golpista, às 15h10, quebrou o vidro do prédio e anunciou a profanação do patrimônio público. Entraram pelo Salão Negro, tida como a “entrada de honra”, e principal porta de acesso, seguindo para o Salão Verde, local onde ficam expostas inúmeras obras de artistas renomados e de relevância internacional. Destruíram o que encontraram pela frente, em uma verdadeira desordem, demonstrando a fragilidade do movimento – apesar de aparentar certo nível de organização (financiamento e comunicação circular em massa), não havia hierarquia ou comando. Por fim, chegaram ao Salão Azul, via de acesso ao Plenário e ao gabinete do presidente do Senado, por exemplo. A invasão ao Plenário do Senado Federal ocorreu em seguida, local onde os invasores desordeiros passaram a pisotear o mobiliário e ocuparam a Mesa Diretora da Casa, fazendo da bancada de acesso à tribuna um escorregador; “brincando” na casa do povo e badernando a democracia.

Ao mesmo tempo, outros autointitulados patriotas adentraram ao Palácio do Planalto, a sede do Executivo Federal, às 15h50. Naquele domingo o recém-empossado presidente Lula estava em Araraquara (SP). Como não se depararam com nenhum tipo de resistência policial, os golpistas invadiram a edificação destruindo móveis e objetos por onde passavam. Avaliada em R\$8 milhões, “As Mulatas” – obra importantíssima de Di Cavalcanti que adorna o Salão Nobre do Palácio do Planalto – foi rasgada inúmeras vezes. Armas letais e não letais foram subtraídas do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), como se já soubessem onde encontrar os artefatos e o que deveriam levar. Em paralelo, às 15h55, a ação dos reacionários seguia com o mesmo roteiro criminoso quando outro grupo invadiu o STF: o Salão Nobre foi destruído com os vidros quebrados; no plenário, pisaram e inutilizaram

as poltronas; rasgaram documentos e livros; vandalizaram objetos pessoais dos ministros da Suprema Corte. A Força Nacional apenas chegaria às 16h25, já atrasada e incapaz de reverter os estragos.

Cerca de duas horas após o início das invasões, às 17h10, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), anunciou a exoneração do chefe da Segurança Pública do DF, Anderson Torres, e pediu por apoio federal. Este personagem emblemático encontrava-se fora do país, na Flórida (EUA). Torres havia permanecido à frente do Ministério da Justiça até o fim do mandato de Bolsonaro que, por coincidência, também estava nos Estados Unidos.

O presidente Lula respondeu às 17h55 decretando a intervenção no Distrito Federal e nomeou o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli, como interventor. Lula afirmou, ainda, que houve incompetência por parte da Segurança Pública do DF e que os extremistas não ficariam impunes. Enquanto às 18h10, Ibaneis Rocha convocou todos os policiais do Distrito Federal a se apresentarem e reforçarem a contenção dos extremistas. As primeiras prisões foram confirmadas dez minutos depois, às 18h20. O governador chegou a pedir desculpas, afirmando que os atos golpistas eram simplesmente inaceitáveis.

Já Bolsonaro, após seis horas do início das invasões, referiu-se aos apoiadores que destruíram o patrimônio público como aqueles que “fogem da regra” (Vinhali, 2023), escusando-se de qualquer responsabilidade. Naquela altura, nas redes sociais já circulava a ideia de que a destruição teria sido causada por “esquerdistas infiltrados” (Pacheco & Prata, 2024).

A Polícia Federal e as estratégias do interventor Capelli instauraram um gabinete de crise por volta das 21h. No mesmo horário, o presidente Lula verificou a situação deixada pelos invasores, acompanhado pelos ministros do STF Rosa Weber, Roberto Barroso e Dias Toffoli.

A relevância do fato tornou-se inquestionável: instituições que representam a sociedade e materializam a democracia brasileira foram invadidas e depredadas. Neste cenário, é importante notar que os principais veículos jornalísticos possuem filiais ou sucursais na Capital Federal. Essa infraestrutura (equipe permanente, equipamentos, links, helicóptero) torna Brasília próxima geograficamente, oportunizando que a TV Globo realizasse uma cobertura instantânea.

O último valor-notícia trata da infração que “refere-se, sobretudo, a violação, a transgressão das regras” (Traquina, 2005). As cenas obtidas durante a tentativa de golpe reportam com clareza que

não faltaram transgressões naquela tarde de domingo. A posição da TV Globo, por meio da narrativa jornalística do acontecimento, foi de repudiar os protestos como um atentado contra todos os brasileiros. Ainda convém citar a sistematização proposta por Gislene Silva (2005), que acrescenta como critério de noticiabilidade a tragédia/drama que, no caso estudado, implica na violência dos atos praticados.

No domingo da “Festa da Selma” (Pinheiro & Carone, 2023), código usado pelos golpistas, percebeu-se que a TV Globo resistiu a interromper a programação. Às 17h16, o plantão jornalístico iniciou com a apresentadora do Fantástico, Poliana Abritta, reportando um breve resumo sobre a tentativa de golpe que se desenhava em Brasília. Em seguida, o comando da cobertura foi direcionado ao jornalista Erick Bang, da GloboNews, indicando que a transmissão passaria a ser simultânea: televisão aberta e canal pago – algo inédito até então (Cortes Canal de Chamadas, 2023).

Não havia um lead específico (com os tradicionais “o quê, onde, quem, quando, por quê”): os fatos apareciam conforme o desdobramento da discussão. O episódio, de certo modo, memorava as coberturas ao vivo das emissoras americanas durante os atentados terroristas em 11 de setembro de 2001, nas quais os apresentadores noticiaram em paralelo com o acontecimento, sem precisão do que estava ocorrendo (Emerim & Cavenaghi, 2012a).

Como apontou Temer e Santos (2023), a partir de uma análise audiovisual, naquele momento, logo ao início do plantão, os editores se valeram das imagens postadas nas redes sociais (Poliana Abritta, 22s) pelos próprios manifestantes retratando a destruição na Praça dos Três Poderes. A cobertura, de 3h7min33s de transmissão, contou com a presença dos jornalistas e comentaristas Marcelo Lins, Julia Duailibi, Merval Pereira, Fernando Gabeira, Eliane Cantanhêde, Camila Bonfim, Valdo Cruz e Gerson Camarotti, e mesclou formatos com conteúdos participativos e colaborativos. As primeiras imagens aéreas são divulgadas com a ação policial na região que tentava conter os golpistas.

Para o comentarista Marcelo Lins, Bolsonaro foi como um dos autores implícitos das invasões e, assim, o jornalista invocou que os autores, mentores e financiadores precisavam ser punidos, essa busca por responsabilidade civil e penal tornou-se recorrente ao decorrer da transmissão. “O paralelo é inevitável” (5min42), disse Lins sobre as semelhanças com a invasão ao parlamento americano. Similaridade entre a extrema-direita brasileira e estadunidense, já apontada por Silva e Schurster (2023). Reforça-se que o bolsonarismo não é um

movimento exclusivo, único ou passageiro. Até mesmo as práticas antidemocráticas já foram registradas em outros países, a exemplo da invasão no Capitólio em Washington, ocorrida a 6 de janeiro de 2021. Na mesma direção é possível notar semelhanças com as estratégias discursivas de Bolsonaro antes da invasão em Brasília, como os discursos com a tendência de rejeitar as regras democráticas, como a não aceitação do resultado das urnas, e desconsiderar a legitimidade de seus oponentes (Diep & Nguyen, 2023).

A partir dos valores de noticiabilidade, da classe e do viés político e econômico de cada veículo, entende-se que o jornalismo profissional, regido por “regras técnicas e padrões de conduta que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes” (Andrade et al., 2022, p. 22), deve cumprir com a obrigação de utilidade pública. Durante a transmissão, os crimes são repetidos diversas vezes. Conforme observamos no Plantão Globo (Cortes Canal de Chamadas, 2023):

Porque quando você quebra, é, um monumento, quando você quebra as vidraças, você não tá quebrando só o prédio, né, foi assim, é um ato criminoso de grande vulto, né, exatamente pelo povo, simbolicamente, isso diz muito, né. (Poliana Abritta, 32m37).

Então, 150 já estão presos porque foram presos em flagrante praticando depredação do patrimônio público. (Valdo Cruz, 1h41min56).

Como se observa pelas falas, os atentados não se deram apenas contra as estruturas físicas do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, mas também foram contra as instituições representadas pelos prédios da Praça dos Três Poderes. O jornalismo nessa categoria compreendeu, assim, o fato como crime, a partir do enquadramento escolhido.

Mas o que a gente viu mais cedo foram cenas absurdas, cenas revoltantes de crimes cometidos não só contra o patrimônio do Estado, mas contra todos os brasileiros também, uma vez que as nossas representações foram vandalizadas, foram destruídas, na tarde desse domingo, 8 de janeiro de 2023, em Brasília. (Erick Bang, 3h6min41).

Nove meses depois o Supremo condenou os primeiros denunciados por tentativa de Golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa. Aécio Lúcio Costa, 51 anos, recebeu uma pena de 17 anos (15 anos e 6 meses em reclusão e 1 ano e 6 meses de detenção), pagamento de danos coletivos em R\$

30 milhões e 100 dias-multa (*STF condena 1º réu por atos golpistas...*, 2023). Ou seja, apesar da sentença condenatória somente ser proferida meses depois, os jornalistas no calor da cobertura ao vivo não conseguiram antever a natureza de alguns dos crimes praticados, como por exemplo a falha na interpretação da Lei Antiterrorismo.

Como aponta o relatório final da CPMI (Congresso Nacional, 2023), uma estratégia costuma se repetir no salvacionismo típico da extrema-direita: a usurpação dos símbolos nacionais. Os criminosos vestiam-se de verde e amarelo e usavam o uniforme da seleção brasileira como uma insígnia, um fardamento. Percebeu-se nas cenas televisionadas um sentido desvirtuado do esporte e do autointitulado patriotismo. O simbolismo acerca do 8 de janeiro permanece marcante no que diz respeito à ordem democrática.

Cerca de 1h26m após o início da transmissão, o jornalista Valdo Cruz anunciou que cerca de 150 pessoas já haviam sido detidas e presas em flagrante por crime ao patrimônio público. Dessa forma, além de noticiar o que estava acontecendo em tempo real, os jornalistas enfatizaram que os crimes teriam consequências e quem estava envolvido seria punido.

Por outro lado, a jornalista Flávia Oliveira começou a sua participação na cobertura com um destaque: “Essa tentativa de abolição do Estado democrático de Direito ou de golpe de Estado, ela fracassou” (1h41min56). Dessa forma, o episódio acabou por reforçar a própria democracia que passou por ataques e se reergueu. Ou seja, demonstrou que as instituições estariam mais fortes depois dos crimes e que a lei imperaria.

A todo tempo era salientado a natureza dos crimes cometidos, assim, Erick Bang finalizou a transmissão conjunta mais uma vez repudiando o acontecimento e que o ataque se estendeu a todos os brasileiros, “uma vez que as nossas representações foram vandalizadas, foram destruídas, na tarde desse domingo, 8 de janeiro de 2023, em Brasília” (3h6min41).

Nesse ponto, os jornalistas que participaram da cobertura conseguiram cumprir com a função social de defender as instituições democráticas ao evidenciar os crimes praticados pelos golpistas. A posição dos jornalistas durante a transmissão foi de elucidar os crimes e cobrar a punição dos envolvidos (desde os manifestantes, até quem organizou e financiou). O argumento não centrou-se apenas no óbvio que seria a destruição de patrimônios públicos, mas como também a não aceitação do resultado das urnas eletrônicas,

que foram altamente deslegitimadas durante a gestão de Jair Bolsonaro. Uma vez que os valores clássicos do jornalismo estão na “base da vitalidade democrática” (Karam, 2009, p. 26). No relatório final da CPMI, de outubro de 2023, foi constatado que a “imprensa investigativa, crítica e livre, que — sob fogo cerrado — documentou, repercutiu e repudiou os ataques” (Congresso Nacional, 2023, p. 15).

Se antes as pessoas que estavam acampadas nos quartéis eram chamadas de manifestantes, ainda que estivessem pedindo um golpe de Estado, a cobertura do 8 de janeiro foi marcada pela afirmação “o país vive uma tentativa de golpe de estado”. Após a prisão das pessoas envolvidas a narrativa jornalística do golpe de estado foi ainda mais reforçada.

Ao narrar a previsibilidade dos fatos, os profissionais da TV Globo destacaram a gravidade dos atos golpistas e que poderiam ter sido evitados se a força pública estivesse taticamente organizada. O 8 de janeiro também provou que a inteligência e a segurança estatal estariam comprometidas.

Por outro lado, Temer e Santos (2023) pontuam que o telejornalismo também subestimou a magnitude do evento quanto ao seu potencial criminoso ao minimizar o potencial de violência das manifestações, não enfatizar a chegada de cerca de cem ônibus lotados de manifestantes à Brasília e não destacar a manifestação organizada em andamento no Eixo Monumental, contribuindo para uma percepção limitada do que viria a se tornar o 8 de janeiro.

A jornalista Natuza Nery, ao observar que os prédios invadidos estavam sendo evacuados, disse que o caminho deveria ser de prender esses manifestantes. “Não basta só evacuar os prédios da República, tem que prender, tem que fichar essas pessoas” (26m). A busca por responsabilização é notória, pois apenas com a aplicação exemplar da lei, seria possível estabelecer precedentes que possam desmobilizar possíveis futuros ataques golpistas. Ou seja, tornava-se necessário que, tanto os criminosos, como os telespectadores que assistiam à cobertura dos eventos, estivessem cientes de que não é algo que possa se repetir. De acordo com a fala das jornalistas:

[...] é fundamental assegurar o Império da Lei e a responsabilização integral das pessoas que estão atentando contra a lei e que a gente viu ao longo do dia de hoje com essas imagens aéreas e outras imagens também que cometeram atos de vandalismo, atos de terrorismo e que vão passar sem investigadas. (Camila Bonfim, 1h14).

É fundamental punir os culpados, investigar e punir quem cometeu, quem financiou, quem ordenou. (Flávia Oliveira, 1h44min32).

Atribuiu-se esse momento de instabilidade institucional ao processo de transição entre as gestões presidenciais, em que os órgãos competentes ainda estavam sob a influência do chefe anterior. O que não eximiu o jornalismo da responsabilidade de cobrar de forma fugaz o posicionamento do novo presidente (Valdo Cruz, 8min52s).

A princípio, os criminosos receberam a nomenclatura de “terroristas” e os jornalistas foram guiados por falas precipitadas de autoridades como o presidente Lula, o ministro da Justiça Flávio Dino e o ministro Alexandre de Moraes (STF) durante a cobertura ao vivo – que ao determinar o afastamento do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, referiu-se ao evento enquanto terrorista. Apenas com as condenações no STF dos primeiros denunciados, no segundo semestre de 2023, compreendeu que não se tratava de terrorismo, mas de uma tentativa de golpe de Estado.

Este desconhecimento sobre a tipificação do crime parece compreensível dado ao “calor do momento”, mas demonstrou o despreparo para a cobertura ao vivo do 8 de janeiro, dado também encontrado por Temer e Santos (2023). Outro fator em destaque é a falta de jornalismo especializado na cobertura para realizar a interpretação constitucional adequada. Em uma leitura crítica do corpus (narrativa jornalística) é possível visualizar a mudança de posição do veículo no antes e depois do fato narrado, assim como também é notório que o próprio acontecimento influenciou a narrativa jornalística construída para ser disputada como a versão da realidade no momento em que desdobramentos da invasão ocorriam. O relato do acontecimento e a busca pela audiência estavam em jogo em tempo real e, diante da destruição do patrimônio público de forma tão grotesca, seria inviável uma posição diferente da tomada pela bancada dos jornalistas em condenar a depredação e defender a democracia.

A implicação teórica da análise permitiu observar a articulação entre a narrativa e o acontecimento no sentido de observar em que medida a instituição Jornalismo apreende os atos golpistas do 8 de janeiro de 2022. Ao compreender o papel das narrativas para os processos de socialização (Motta, 2013) e dos acontecimentos como fenômenos pragmáticos que rompem o esperado e que desorganizam o nosso presente (França, 2012), foi possível notar a disputa na apreensão e reconstrução do acontecimento segundo suas próprias operações, ou seja, o “fazer jornalístico” da TV Globo que, cabe destacar, durante o governo Bolsonaro apresentou uma cobertura ambígua se revezando entre apoio e oposição.

A análise do corpus aponta que as limitações da cobertura não podem ser atribuídas, exclusivamente, à questão da temporalidade do evento e a falta de um jornalismo especializado para lidar com a interpretação adequada do crime. Outra hipótese a ser levantada e que pode motivar a realização de estudo futuro é sobre a influência da linha editorial do veículo na construção da narrativa do referido evento.

Assim, considerou-se que a cobertura foi relevante, mas não surpreendente, tendo em vista que adotar uma postura favorável aos ataques, por exemplo, não seria plausível. Mesmo com falhas e possíveis despreparos, a cobertura telejornalística analisada cumpriu com a função de utilidade pública na medida em que reportou a invasão dos três poderes e a situou como um ataque à democracia brasileira.

5 Considerações finais

Oito de janeiro de 2023 ficará marcado na história como o dia em que a democracia brasileira esteve ameaçada; quando apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, inconformados com a derrota nas urnas em 2022, invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília e vandalizaram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, em Brasília. As instituições foram desrespeitadas por criminosos que queriam depor o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Após a malograda tentativa de golpe de estado, foi instituída uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) voltada à investigação dos fatos ocorridos no chamado “domingo da vergonha”, entre maio e outubro de 2023. No âmbito do Judiciário, até maio de 2024, as denúncias apresentadas pela Procuradoria Geral da República já resultaram em 216 condenações pelo STF. Entre os crimes atribuídos aos denunciados durante os julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal, estão: abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado; golpe de Estado; deterioração do patrimônio tombado; e associação criminosa.

Hierarquia, logística e cadeia de comunicação: havia antes de tudo um grande sopro antidemocrático que se descortinava por trás de toda a movimentação golpista. Dessa forma, é preciso evidenciar que os fatos do dia 8 de janeiro não se desencadearam como algo espontâneo, sem organização ou comando. Ao longo da pesquisa, observou-se o quanto a extrema-direita, ligada a Bolsonaro, mostrou-se extremamente organizada no que tange ao financiamento e à hierarquia. De forma contraditória, os partidários de Bolsonaro não

lograram uma vitória nas urnas, embora tenham feito uma bancada de peso no Congresso Nacional e nos executivos estaduais.

O estudo, sem a pretensão de ser conclusivo, não objetivou analisar a qualidade da cobertura jornalística o que exigiria elementos analíticos mais abrangentes, buscou compreender o papel de utilidade pública exercido pelo jornalismo na defesa da democracia brasileira ao reportar a invasão dos três poderes, simultaneamente, a sua ocorrência na capital do país. As limitações da cobertura ao vivo do evento, conforme destacado por Temer e Santos (2023), não podem ser desconsideradas, porém, ainda assim foi possível observar que a cobertura completa da TV Globo em parceria com a GloboNews, durante o desdobramento do dia 8 de janeiro, forneceu informações sobre os crimes a fim de que não venham acontecer novamente. A emissora carioca ressaltou a impunidade e tentou cobrar a esfera pública a qual competia à segurança do local.

Percebeu-se no tom e na fala dos profissionais durante a transmissão uma proximidade do tema, como se os ataques se estendessem a todo povo brasileiro, incluindo os próprios jornalistas. Assim, falas fervorosas, marcadas pela cobrança por punição, ficaram evidentes.

A partir da cobertura conjunta da TV Globo com a GloboNews, é pertinente destacar que o teor do conteúdo foi mais denso do que o habitual da televisão aberta e a análise aqui empreendida apontou que a cobertura cumpriu com sua obrigação de utilidade pública. Por se tratar de um canal pago, a Globonews centra o seu telejornalismo na troca entre os apresentadores, repórteres e comentaristas para aprofundamento dos temas abordados. No calor do momento da cobertura ao vivo, cada jornalista validou as informações com as suas próprias fontes, assim a gama de pautas apresentadas era de acordo com quem recebia primeiro, apresentando uma desorganização no afoito do momento. O modelo da Globonews – no qual a notícia é elaborada em conjunto – permitiu uma miríade de perspectivas, opiniões e fontes variadas sobre o tema. Foi a partir dessa troca informacional que a construção da narrativa dia 8 de janeiro se deu na TV Globo, fornecendo informações sobre os atos marcando uma posição de resistência à tentativa de ruptura institucional no país.

NOTAS

- 1 O presidencialismo de coalizão se refere à maneira como o presidente emplaca políticas ao decorrer do seu mandato com o intuito de utilizá-

las como plataforma eleitoral, o que o deixa flexível para criar e executar políticas contrárias ao seu discurso (Alemán & Tsebelis, 2011).

REFERÊNCIAS

Agência Senado. (2023, 15 de agosto). *CPMI: fotógrafo diz que sofreu ameaças para deletar imagens*. Senado Notícias. Recuperado de www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/15/cpmi-fotografo-diz-que-sofreu-ameacas-para-deletar-imagens

Albuquerque, A. (2019). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906-923. DOI: 10.1177/1464884917738376

Alemán, E., & Tsebelis, G. (2011). Political Parties and Government Coalitions in the Americas. *Journal of Politics in Latin America*, 3(1), 3–28. DOI: 10.1177/1866802X1100300101

Almeida, J. P. M. de, & Amaral, M. V. B. (2020). A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-impeachment e o desmonte das políticas públicas. *Revista da Abralin*, 19(3), 429–454. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1734

Andrade, A. P. G., de Jesus, J. B., Falcão, L. F. N., & Martins, S. T. (2022). Saturação informacional e erosão de confiança no telejornalismo: reflexões sobre a veiculação de notícias audiovisuais. In A. Pereira, E. Mello, C. Emerim & I. Coutinho (Orgs.), *Contra a desinformação, telejornalismo! Estratégias de divulgação de notícias audiovisuais de qualidade* (pp. 21-38). Editora Insular.

Baptista, É. A., Hauber, G., & Orlandini, M. (2022). Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. *Media & Jornalismo*, 22(40), 105–119. DOI: 10.14195/2183-5462_40_5

Becker, B. (2012). Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. *MATRIZES*, 5(2), 231-250. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v5i2p231-250

Bello, A. (2020). Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Bello, A. (2023). Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. *Opinião Pública*, 29(1), 42–68. DOI: 10.1590/1807-0191202329142

Boito Jr., A. (2020). Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica marxista*, 27(50), 111-119. DOI: 10.53000/cma.v27i50.19004

Bolsonaro ameaça jornalista: 'Minha vontade é encher tua boca na porrada'. (2020, 23 de agosto). g1 Fantástico. Recuperado de www.g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/23/bolsonaro-ameaca-jornalista-minha-vontade-e-enchere-tua-boca-na-porrada.html

Bolsonaro diz que não entregará faixa presidencial em eleição com suspeita de fraude. (2021, 01 de julho). UOL. Recuperado de www.noticias.uol.com.br/videos/2021/07/01/bolsonaro-diz-que-nao-entregara-faixa-presidencial-em-eleicao-com-suspeita-de-fraude.htm

Bolsonaro manda repórter calar a boca e diz que não interferiu na PF. (2020, 5 de maio). Poder 360. Recuperado de www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-manda-reporter-calar-a-boca-e-diz-que-nao-interferiu-na-pf/

Caldas, G. (2023). O exercício do Jornalismo é um ato político, de resistência. In W. C. Bueno (Org.), *O Jornalismo na Comunicação Organizacional: temas emergentes* (pp. 62–71). JORCOM. Recuperado de <https://linkdigital.ifsc.edu.br/files/E-book-jorcom-2023-final.pdf#page=67>

Congresso Nacional. (2023). *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. Parecer (CN) Nº 1, 2023*. Recuperado de <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9484688&ts=1697682413143&disposition=inline>

Correia, V. (2023, 09 de janeiro). *100 ônibus trouxeram 4 mil bolsonaristas a Brasília na véspera do ataque*. Correio Braziliense. Recuperado de www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5064750-100-onibus-trouxeram-4-mil-bolsonaristas-a-brasilia-na-vespera-do-ataque.html

Cortes Canal de Chamadas. (2023, 9 de janeiro). *Plantão Globo: Ataque golpista em Brasília | Congresso, STF e Planalto | 8 de janeiro de 2023*. [Vídeo]. YouTube. Recuperado de www.youtube.com/watch?v=q4QvFZ0cXYk

Diep, P. P. U., & Nguyen, N. Q. A. (2023). Former President and January 6 U.S Capitol Attack. *Southwestern Mass Communication Journal*, 38(2), 1–16. Recuperado de <https://swecjmc-ojs-txstate.tdl.org/swecjmc/article/view/118>

Emerim, C., & Canevagh, B. A. (2012a). Linguagem e convergência: Contribuições para o webjornalismo audiovisual. *Vozes e Diálogo*, 11(2), 04-17. Recuperado de <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/4324>

Emerim, C., & Cavenaghi, B. (2012b). Cobertura ao vivo em telejornalismo: Propostas conceituais. *Anais do 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

Entenda o caso. (s.d.). *Ministério Público Federal - Caso Lava Jato*. Recuperado de www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/

lava-jato/entenda-o-caso/entenda-o-caso

Federação Nacional dos Jornalistas. (2007). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

Federação Nacional dos Jornalistas. (2022). *Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil de 2022*. Recuperado de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>

França, V. R. V.(2011). O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio (Lisboa)*, 10, 59-72. Recuperado de <https://recil.ulusofona.pt/items/66a50e92-a90f-4493-92b6-7376ce981dc5>

Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise de conteúdo*. Plano Editora.

Gomes, P. H. (2020, 20 de abril). 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. g1. Recuperado de www.g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml

Jacobson, G. C. (2021). Donald Trump's Big Lie and the Future of the Republican Party. *Presidential Studies Quarterly*, 51(2), 273–289. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/psq.12716>

Karam, F. J. (2009). Jornalismo e ética no século XXI. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, 13(13), 15-27. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/229070022.pdf>

Leia a cronologia dos fatos que levaram às invasões. (2023, 9 de janeiro). Poder 360. Recuperado de www.poder360.com.br/brasil/leia-a-cronologia-dos-fatos-que-levaram-as-invasoes/

Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de setembro em São Paulo. (2021, 7 de setembro). Poder 360. Recuperado de www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/

Löwy, M. (2016). Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In I. Jinkings, K. Doria & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 55-59). Boitempo.

Maitino, M. E. (2020). Populismo e bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, 13, e020002. DOI: 10.20396/cemarx.v13i00.13167

Mensalão: cronologia do caso. (2021, 30 de novembro). Memória Globo. Recuperado de <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/>

coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml

Miguel, L. F. (2019). Jornalismo, Polarização Política e a Querela das Fake News. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46-58. DOI: 10.5007/1984-6924.2019v16n2p46

Ministério da Saúde. (2024, 9 de novembro). *Coronavírus Brasil: Painel Coronavírus*. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br>

Miorando, G. S. (2023). O Sacrifício da Democracia: Teoria Mimética e o Papel da Grande Imprensa Brasileira na Emergência do Bolsonarismo. *Revista Comunicando*, 12(1), 1–23. DOI: 10.58050/comunicando.v12i1.314

Miranda, C. M., Nogueira, R. D. S., & Carvalho, M. S. (2024). Violências contra mulheres jornalistas no exercício profissional: o cenário hostil vivenciado no Brasil. *Revista Contracampo*, 43(1), 1-15. DOI: 10.22409/contracampo.v43i1.59053

Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*. Editora UnB.

Olhe para a fome. (2022). *A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil*. Recuperado de <https://olheparaafome.com.br/>

Pacheco, C., & Prata, P. (2024, 08 de janeiro). 8 de Janeiro: boatos falsos sobre ‘infiltrados’ continuam a circular um ano depois dos ataques. *Estadão*. Recuperado de www.estadao.com.br/estadao-verifica/8-de-janeiro-boatos-falsos-sobre-infiltrados-continuam-a-circular-um-ano-depois-dos-ataques/

Pereira, F. H. (2004). *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Recuperado de <http://bocc.ufp.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>

Peruzzo, C. M. K. (2006). Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 25(2), 1–18. DOI: 10.1590/rbcc.v25i2.420

Pinheiro, M., & Carone, C. (2023, 17 de agosto). “Festa da Selma”: entenda código usado por extremistas para planejar 8/1 em Brasília. *Metrópoles*. Recuperado de www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/festa-da-selma-entenda-codigo-usado-por-extremistas-para-planejar-8-1-em-brasilia

Portela, M. (2023, 07 de janeiro). *Dino autoriza uso da Força Nacional para evitar “atos antidemocráticos” no DF*. *Correio Braziliense*. Recuperado de www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5064525-dino-autoriza-uso-da-forca-nacional-para-evitar-atos-antidemocraticos-no-df.html

Reis, D. A. (2020). Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos*

Ibero-Americanos, 46(1), e36709. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709>

Ribeiro, G. (2022). A metapolítica do bolsonarismo: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira. *Revistas Continentes*, 1(20), 71-99. DOI: 10.51308/continentes.v1i20.404

Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. Atlas.

Rocha, H. C. L., & Marroquim, R. M. (2011). O Papel do Jornalismo no Processo Democrático: A ética do discurso como essência da democracia deliberativa. *Estudos Em Comunicação*, 9, 143-160. Recuperado de www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-08.pdf

Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 95-107. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>

Silva, A. M. (2020). (Não) é só uma gripezinha: argumentação e realidade forjada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a covid-19. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, 20(2), 1-25. DOI: 10.47369/eidea-20-2-2736

Silva, F. C. T., & Schurster, K. (2023). *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*. Editora Universidade de Pernambuco.

Silva, G. B., & Marques, F. P. J. (2021). "Compostura, senhor presidente!": o governo Bolsonaro e a defesa do jornalismo pelas entidades representativas do campo. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 23(3), 77-90. DOI: 10.4013/fem.2021.233.07

Simon, S. (2021). Trump's Insurrection and America's Year of Living Dangerously. *Survival*, 63(1), 7-16. DOI: 10.1080/00396338.2021.1881247

STF condena 1º réu por atos golpistas de 8 de janeiro; veja como votou cada ministro. (2023, 14 de setembro). g1. Recuperado de www.g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/14/stf-condena-1o-reu-por-atos-golpistas-de-8-de-janeiro-veja-como-votou-cada-ministro.ghtml

Temer, A. C., & Santos, M. (2023). Telejornalismo e os novos formatos jornalísticos na cobertura dos atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. *Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Recuperado de <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2023/listaGP.php?gp=36>

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo – Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.

VÍDEO: policial da cavalaria da PM é agredido por terroristas

bolsonaristas, em Brasília. (2023, 08 de janeiro). g1. Recuperado de www.g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/video-policial-da-cavalaria-e-agredido-por-bolsonaristas-no-df.ghtml

Vinhal, G. (2023, 08 de janeiro). *Bolsonaro se esquiva de responsabilidade após terrorismo bolsonarista no DF.* UOL. Recuperado de www.noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaro-repudia-acusacao-de-lula-e-compara-vandalismo-a-atos-da-esquerda.htm

Witt Bendlin, R., & Witt, C. (2024). Autocratização e enfraquecimento da democracia no Brasil: 2019-2022. *Interfaces Científicas – Direito*, 9(3), 230–246. DOI: 10.17564/2316-381X.2024v9n3p230-246

EDUARDA FORMIGA. Jornalista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Colaboração no artigo: concepção, conceitualização, investigação, discussão dos resultados, desenvolvimento da metodologia, escrita, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: eeformiga@gmail.com

CYNTHIA MARA MIRANDA. Jornalista, professora associada do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pesquisadora 2 do CNPq (Bolsa Produtividade). Colaboração no artigo: concepção, conceitualização, discussão dos resultados, desenvolvimento da metodologia, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

EDER AHMAD CHARAF EDDINE. Psicólogo, professor associado do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Colaboração no artigo: concepção, conceitualização, discussão dos resultados, desenvolvimento da metodologia, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: ederahmad@uft.edu.br